

ECOS E RESSONÂNCIAS: PROMOVENDO PRÁTICAS SOCIALMENTE JUSTAS ATRAVÉS DO DIÁLOGO

LEONORA CORSINI

*Instituto Noos, São Paulo,
SP, Brasil*

De autoria de Paula Ayub, o artigo que escolhi comentar na seção Ecos desta edição da NPS conversa bastante e tem ressonâncias com experiências que tenho vivenciado, tanto na clínica como na minha vida pessoal. Na minha leitura, é um texto bastante convidativo e instigante, ao permitir exercitar a capacidade dialógica, algo que pode parecer simples, mas não deixa de ser desafiador.

Vou começar pela interessante reflexão da autora, que, no meu entender, dialoga com a ideia de linguagem em uso tão cara para nós terapeutas que se inspiram no Construcionismo Social e nas práticas colaborativas e dialógicas, ao enfatizar a multiplicidade e variedade de termos que usamos para nos comunicar. Trata-se de uma distinção, cada vez mais necessária e pertinente nesses tempos de intolerância, entre aceitação e opinião. Precisamos aceitar mais, no sentido de acolher respeitosamente o que é diferente ou contrasta com o que já sabemos, e emitir menos opinião (opinião, neste caso, poderia ser uma outra palavra para preconceito). Ao fazer isso, Paula põe em prática um aspecto muito importante da prática dialógica, que é trazer outras vozes para a conversa, incluindo a sua conversa interna, como quando se pergunta: “O que a Ana¹ me ensinaria sobre isso?”.

Tendo feito a distinção entre aceitação e opinião, a autora vai endereçar a problemática da aceitação vs. não aceitação do diagnóstico do autismo, questão tão frequente nos consultórios, especialmente quando se trata de atendimentos a familiares ou pessoas próximas a autistas. No caso particular do transtorno do espectro do autismo – TEA, por mais que as pesquisas da neurociência tenham avançado enormemente nos últimos anos e ajudado a dissolver uma série de mitos e preconceitos, ainda é muito difícil e desafiador para algumas pessoas – até mesmo profissionais de saúde – aceitar este diagnóstico, especialmente quando se trata de crianças pequenas ou em idade escolar. Por outro lado, muitos relatos e depoimentos de pessoas que sofrem com esta e outras condições de neurodivergência apontam que receber o diagnóstico foi algo libertador. Neste caso o diagnóstico é recebido como algo libertador por nomear algo que é vivenciado, mas não é legitimado. E eu acrescentaria: o diagnóstico pode apontar um caminho que permite aprender com, ou **compreender** a diferença. No entanto, paradoxalmente, o diagnóstico acaba sendo deixado de lado por terapeutas, educadores ou profissionais de saúde mental, que preferem desconstruí-lo ou até mesmo desconsiderá-lo para não cair numa visão redutora e incapacitante.

Este cuidado pode até ser compreensível, mas, como Paula argumenta, buscar desconstruir um diagnóstico por ser normativo e rotulador acaba muitas vezes levando a estreitar ainda mais as possibilidades e até a desqualificar o saber de quem vive no cotidiano uma realidade de muitas angústias e sofrimento. Como sair do dilema? E como não cair na armadilha de pretender “colonizar”, com

¹ Ana Maria Carvalho, linguista e doutora pela Universidade do Arizona.

opiniões, certezas e dogmas, os relatos desses clientes? Colonizar aqui teria o sentido de não oferecer escuta, e preferir ensinar mães, pais, cuidadores a colocar limites, a não mimar, a não infantilizar, a não “passar a mão na cabeça”, algo muito comum de se ouvir. O artigo chama então atenção para o fato de que deixar de lado um diagnóstico de autismo pode significar deixar de ouvir as vozes de pessoas – muitas vezes das próprias mães – que convivem e conhecem profundamente seus filhos/filhas crianças, adolescentes ou adultos. Em outras palavras, para não supostamente rotular alguém se passa a rotular a família, a escola, etc.

Para enfrentar a questão, Paula e uma equipe multiprofissional do ambulatório do Transtorno do Espectro Autista Marcos Mercadante – TEAMM – da UNIFESP² entenderam que um primeiro passo importante seria perguntar e abrir espaço para que as maiores interessadas, as pessoas com autismo e suas famílias, pudessem ser escutadas de forma genuína. Que pudessem ser validadas em seus relatos, em sua experiência e conhecimento. Pois não se trata, como lemos já no início do artigo, de dar voz a ninguém, mas sim de procurar oferecer mais escuta e presença. Este foi o mote para a criação de um espaço virtual de discussão sobre vários temas ligados a neurodesenvolvimento atípico e autismo que convergiu nos grupos Roda de Conversa com familiares de autistas, inicialmente, em idade adulta/final de adolescência e, num segundo momento, crianças e adolescentes de até 16 anos. A ideia foi oferecer escuta a um número maior de pessoas, promovendo aprendizado e suporte mútuo.

Os Rodas são, dessa maneira, grupos em contínua construção, que visam oferecer espaços de atendimento dignos e de promoção de direitos, buscando caminhos de diálogo e colaboração, movidos por criatividade, ética e a ação coletiva em rede.

Sou muito grata a Paula e equipe por estar tendo a oportunidade de experimentar a potência desses encontros que continuam reverberando depois de cada encerramento, sempre com uma conversa em formato de Equipe Reflexiva. Nos grupos somos recebidas e validadas como especialistas em nossos desafios – que não são pequenos, é preciso dizer – enquanto mães, pais, familiares e pessoas com autismo, e nas soluções que podemos ir criando para enfrentá-los, a cada dia.

Meu desejo é de que iniciativas como essa se multipliquem e beneficiem cada vez mais pessoas com um espaço tão generoso de escuta, partilha, respeito e reconstrução.

LEONORA CORSINI

Psicóloga e terapeuta familiar, mestre em Psicologia e doutora em Serviço Social. Associada efetiva do Instituto Noos, possui experiência em atendimento individual, a casais e famílias, e na facilitação de conversas em grupo, assim como em formação e treinamento de terapeutas de família.

<https://orcid.org/0000-0002-7192-0432>

E-mail: corsinileonora@gmail.com